

Não Esqueço
MARIANA



Redação e edição

Thaís Dutra

Fotografia

Alex Lanza

Projeto gráfico, arte e diagramação

Rúbia Oliveira Guimarães

Revisão

Ana Paula Rocha e Fernanda Pinheiro

✉ jornalismo@mpmg.mp.br

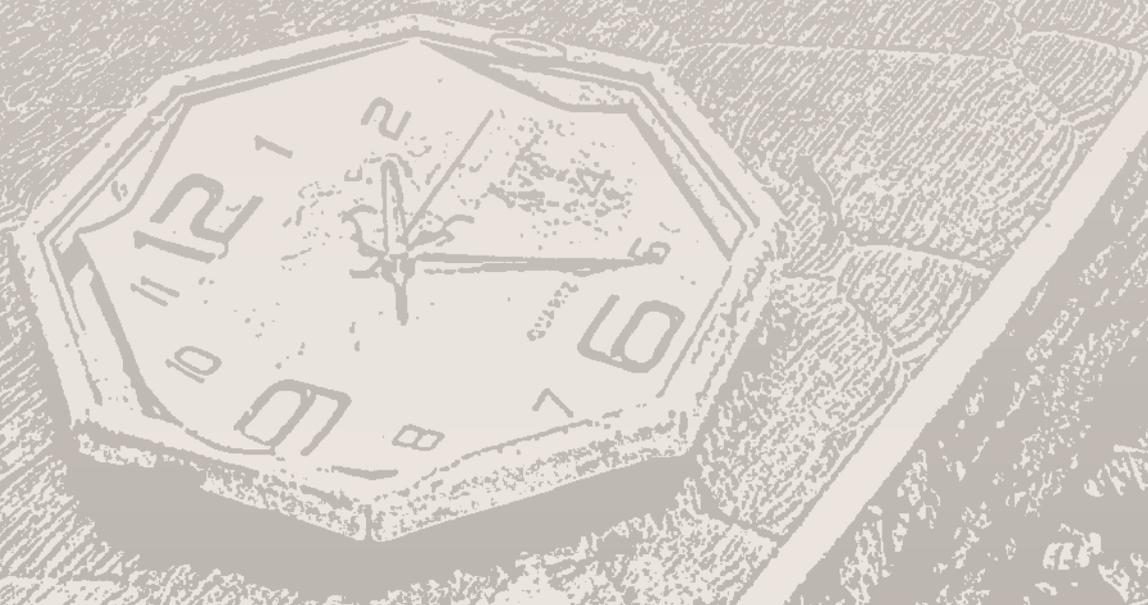
www.mpmg.mp.br

 [@MPMG_Oficial](https://twitter.com/MPMG_Oficial)

 [MPMG.oficial](https://www.facebook.com/MPMG.oficial)



DA LAMA à luta	4
A VOZ dos atingidos	10
NÃO VAMOS recuar de nossos direitos	14
ATINGIDOS: quem são?	18
ALTERNATIVA para a espera	22
MPMG ajuizou 12 ações para garantir direitos dos atingidos	26



Da lama à luta

Por Thaís Dutra

Após um ano do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, controlada pela mineradora Samarco, em Mariana, a lama, que deixou em ruínas o subdistrito de Bento Rodrigues, o distrito de Paracatu e outras localidades, causando o maior desastre socioambiental do país, não teve força para enterrar as lembranças dos moradores da região e destruir o vínculo da comunidade com o espaço.



Após um ano do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, controlada pela mineradora Samarco, em Mariana, a lama, que deixou em ruínas o subdistrito de Bento Rodrigues, o distrito de Paracatu e outras localidades, causando o maior desastre socioambiental do país, não teve força para enterrar as lembranças dos moradores da região e destruir o vínculo da comunidade com o espaço.

“Aqui funcionava um açougue”. “Ali, era uma lanchonete”. “O morador dessa casa de esquina adorava decorar a rua. Colocava vários pneus coloridos ao longo dela. Ficava lindo” – recorda com saudosismo e orgulho Mônica dos Santos, 31 anos, ao caminhar pelos escombros do devastado Bento Rodrigues.

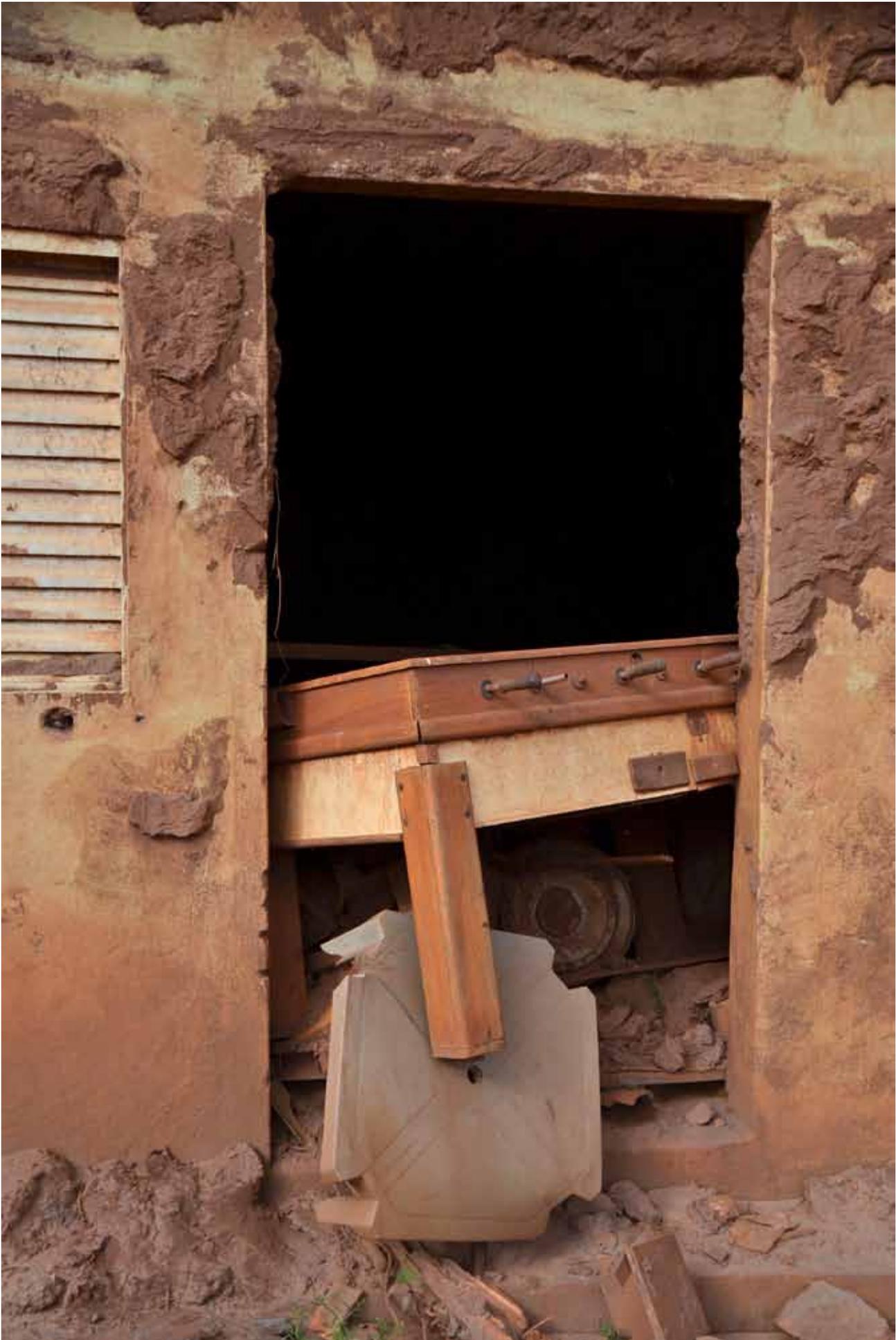
Passo a passo, a jovem narra momentos vividos no local, características dos imóveis do pacífico distrito e comenta sobre a relação mantida com cada morador – reconhecidos por ela como membros da própria família.

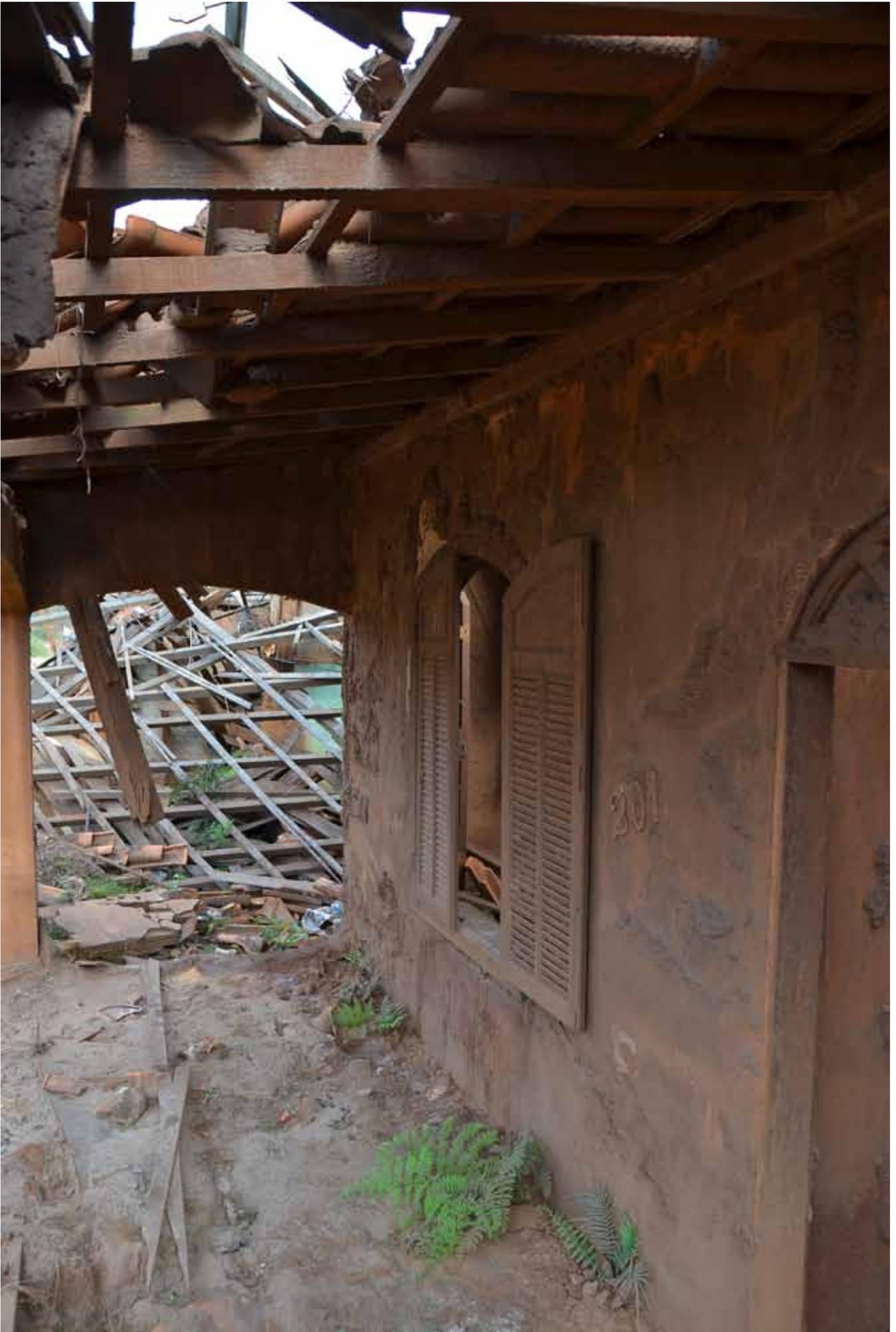
Às boas lembranças, porém, mesclam-se, em tons de revolta e tristeza, casos do dia mais desesperador da vida daquela comunidade. “Você tá vendo esse percurso todo que a gente andou? A dona Marcelina foi arrastada pela lama por toda essa área, segurando em uma mão um galho de árvore, e na outra, uma nota de R\$100. Só foi resgatada por um neto e dois outros rapazes lá naquela região”, aponta.

Já na parte alta do subdistrito, a vítima do desastre sente novamente o fluxo das emoções geradas pela cena da destruição. “Foi daqui o meu primeiro contato com a tragédia, quando cheguei do trabalho. Olhei pra baixo e vi, em estado de choque, Bento completamente destruída”.

Mônica é auxiliar odontológica e representante da Comissão dos Atingidos de Bento Rodrigues. Da sua casa, onde vivia com a mãe, não sobrou nada. Mesmo diante do cenário de guerra encontrado, nutria a esperança de encontrar, após a passagem da lama, ao menos a foto do pai, que falecera quando ela tinha sete anos, além de outros objetos de valor sentimental. Em vão. Não recuperou nada.

Após ver a vida completamente arruinada pela lama, a moradora de Bento Rodrigues não teve outra saída senão enfrentar a desesperança, arregaçar as mangas e lutar bravamente pelos seus direitos, ainda que, no início, mal soubesse quais eram. “Quando o desastre ocorreu, a gente não tinha ideia do que fazer. Não sabíamos pelo que lutar. Foi graças ao Ministério Público de Minas, principalmente ao promotor Guilherme Meneghin, que hoje estamos conseguindo ter muitos de nossos direitos reconhecidos pela empresa. Se não fosse essa mobilização dos atingidos coordenada pelo Ministério Público, nós ainda estaríamos no ginásio Arena, dormindo nos colchões”, acredita.





Reuniões

Depois do desastre, a rotina de Mônica e dos demais moradores da localidade mudou completamente. Hoje, eles vivem em casas e apartamentos alugados pela Samarco em Mariana, recebem auxílio financeiro mensal e aguardam ansiosamente pelo reassentamento no novo terreno escolhido por eles, conhecido por Lavoura, que abrigará a comunidade. No caso da assistente odontológica, reuniões quase que diárias com outros atingidos, com o MPMG e com representantes da mineradora passaram a fazer parte do seu cotidiano.

“Poucos dias após o rompimento da barragem, começamos a participar de reuniões organizadas pelo Ministério Público e formamos comissões de atingidos das localidades afetadas. Com os esclarecimentos constantes que recebemos, começamos a perceber que tivemos muitos direitos lesados”, conta.

De acordo com Mônica, tudo o que foi conquistado hoje pelas vítimas é resultado de muita luta, iniciada com a atuação imediata do Ministério Público, logo após o rompimento, para garantir os direitos das vítimas. “No dia seguinte ao desastre, o promotor já agiu para que fôssemos dormir nos hotéis e, depois, para que a empresa alugasse apartamentos e casas para os atingidos. Tudo o que foi resolvido até hoje foi através do Ministério Público, com as ações e as audiências na Justiça”.

Fernanda Magalhães



Fernanda Magalhães



Observadores da ONU em reunião com moradores das comunidades atingidas

Ao lado: parte do terreno onde será feita a reconstrução de Bento Rodrigues



A voz dos atingidos

Jornal produzido por vítimas mantém vivas lembranças das comunidades afetadas

Todo dia 5, desde o rompimento da barragem de Fundão, o coletivo *Um minuto de sirene*, formado por moradores de Mariana e Ouro Preto, realiza um protesto simbólico: é tocada uma sirene de alarme na Praça da Sé, localizada no centro histórico da cidade marcada pela tragédia. O sinal, que não soou no dia do acidente para avisar a população da chegada da onda de rejeitos, tem, agora, o objetivo de não deixar ninguém se esquecer do desastre que ocorreu ali.

No dia em que se completaram quatro meses da tragédia de Mariana, o coletivo *Um minuto de sirene* organizou uma “chuva de poesia”, quando 3.000 papéis coloridos contendo versos foram atirados do alto de uma das igrejas da cidade histórica.

Foto: Lucas Godoy, do jornal *A Sirene*





Todo dia 5, desde o rompimento da barragem de Fundão, o coletivo *Um minuto de sirene*, formado por moradores de Mariana e Ouro Preto, realiza um protesto simbólico: é tocada uma sirene de alarme na Praça da Sé, localizada no centro histórico da cidade marcada pela tragédia. O sinal, que não soou no dia do acidente para avisar a população da chegada da onda de rejeitos, tem agora o objetivo de não deixar ninguém se esquecer do desastre que ocorreu ali.



Além desse ato, os atingidos encontraram outra forma de manter vivas as lembranças das comunidades afetadas: o jornal *A Sirene*. Com periodicidade mensal e tiragem de dois mil exemplares, a publicação é produzida pelas próprias vítimas em parceria com a Arquidiocese de Mariana, com alunos e docentes de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto e com integrantes do *Um minuto de sirene*.



O coletivo *Um minuto de sirene* organiza a chuva de poesia em Mariana
Fotos: Lucas Godoy, do jornal *A Sirene*

“Além do caráter informativo, o jornal pretende preservar a memória das localidades atingidas, fazer esse registro histórico, para que os fatos e a vida das vítimas não caiam no esquecimento”, frisa o editor da publicação e integrante da comissão de atingidos do subdistrito de Ponte do Gama, Milton Manoel de Sena.

Na primeira semana de cada mês, ocorre uma reunião de pauta, quando os atingidos definem os assuntos que serão abordados. Na segunda semana, é realizada uma reunião de enquadramento, para definir como os temas serão apresentados.

O projeto é mantido com recursos arrecadados pela Arquidiocese de Mariana, em benefício dos atingidos. A destinação da verba para o jornal foi garantida por dois anos, por meio de um termo de compromisso preliminar celebrado entre a 2ª Promotoria de Justiça de Mariana, as comissões de atingidos e a Arquidiocese de Mariana.



Reunião de pauta do
jornal *A sirene*
Fotos: Alex Lanza/MPMG

“Não vamos recuar de nossos direitos”

Com rotina marcada por inúmeras reuniões, representantes dos atingidos destacam importância da mobilização da comunidade

No momento em que a barragem de Fundão se rompeu, o engenheiro Mauro Lúcio Santos Pais Pinto, representante da comissão de atingidos de Ponte do Gama e de outras localidades vizinhas, estava em Mariana. Ao ser avisado por telefone do incidente, lamentou que talvez tivesse perdido os peixes que criava, por conta da lama. Ao chegar ao subdistrito, deparou-se com a cena real do desastre e foi tomado por imenso desespero: “A lama atingiu o segundo andar da minha casa. Quando vi aquilo, era só chorar. Pensei: minha vida e meus sonhos foram embora”, recorda, ainda com lágrimas nos olhos.

Beito Rodrigues
Saudades



Fotos: Alex Lanza



Mauro Lúcio



Zezinho

Mauro estava desempregado há dois anos quando os fatos ocorreram. Durante esse período, a renda obtida vinha da fábrica de móveis artesanais recentemente montada em sua casa, da criação de abelhas, da plantação de palmito e de outras atividades rurais. Com exceção de seus animais que fugiram para o morro e de seus cachorros, soltos pela vizinha, a lama levou tudo.

Já José do Nascimento de Jesus, conhecido por Zezinho, era morador de Bento Rodrigues há 33 anos. Hoje representante da comissão de atingidos do subdistrito, lembra, também com detalhes e tristeza, o dia da tragédia. Ele conta que começou a ouvir um ruído alto, saiu de casa para ver o que era, mas não identificou a causa. Passado um tempo, com o aumento do barulho, saiu novamente e encontrou vizinhos gritando. Uma caminhonete passava levando pessoas acamadas. “Não deu tempo de pegar nada. Saímos correndo e, quando cheguei lá em cima (no morro), já via carros flutuando e a igreja caindo. Demoramos muito para construir a nossa vida e perdemos tudo em cinco minutos”.

Mauro e Zezinho são hoje duas das principais lideranças das comunidades atingidas. Desde o desastre, eles vêm participando de incontáveis reuniões e audiências judiciais voltadas, principalmente, à assistência das famílias e às definições da reconstrução das comunidades. As últimas audiências tiveram duração de aproximadamente dez horas. “É cansativo demais, desgastante. Porém, estamos mobilizados e não vamos recuar de nossos direitos”, afirma, com segurança, Mauro Lúcio.

Seriedade

Os representantes dos atingidos destacam a seriedade com que todo o processo de identificação das vítimas e de garantia dos direitos violados tem sido conduzido. “Foram realizadas assembleias e a própria comunidade escolheu seus representantes. Além disso, temos o cuidado de evitar a aproximação de pessoas interessadas em tirar vantagem da situação. Sabemos que, se isso ocorre, os principais prejudicados são os próprios atingidos, e o movimento perde credibilidade”, avaliam.

Para Mauro e Zezinho, o apoio do MPMG tem sido fundamental para que a Samarco reconheça os direitos das vítimas. “O conhecimento técnico da promotora Nívia (Mônica), dos promotores Guilherme (Meneghin) e Paulo (César Vicente) e do Luiz (Tarcísio, sociólogo) nos auxilia muito e fortalece o grupo”, apontam. De acordo com Zezinho, além de conhecer os direitos, é preciso saber negociar. “É isso também estamos aprendendo com o Ministério Público. O relacionamento do órgão com a gente é nota 10”, frisa.

Solidariedade

Ao lado de todas as dificuldades enfrentadas desde o rompimento da barragem, os representantes dos atingidos conseguem, contudo, enxergar um lado positivo na situação vivida: o despertar da solidariedade. Mauro confia que, antes do episódio, não se preocupava muito com questões sociais. Hoje, passou a ter uma visão diferente da vida, sentindo grande satisfação em poder ajudar alguém a ter o direito reconhecido. “Tem pessoas que mal sabem conversar, se expressar, e chegam aqui completamente perdidas. Ver essas pessoas sendo ressarcidas em seus prejuízos é muito gratificante”.

Zezinho diz se sentir bem quando está nas reuniões. “Estamos estreitando laços e definindo coisas importantes para todos. Quando estou neste trabalho, não fico lembrando das coisas que perdi”.

As duas lideranças reconhecem que as pessoas obtiveram conquistas, mas que ainda há um trabalho árduo pela frente, até o reassentamento das comunidades nos novos terrenos. “Sem mobilização e sem luta, não tem avanço”, assegura Mauro.



ATINGIDOS: quem são?

Além de todos os prejuízos causados às comunidades por onde passou e ao meio ambiente, a lama liberada pelo rompimento da barragem de Fundão trouxe com ela um grande problema para os moradores das regiões afetadas: a compreensão exata do significado da palavra “atingido”.



O termo, muito ouvido e falado pelas vítimas, passou a assombrá-las devido às incertezas geradas acerca de sua definição e abrangência e, até hoje, tira o sono de muitos moradores, conforme conta o produtor de leite Marino D'Ángelo Júnior, morador do distrito de Paracatu de Cima.

“No início, ninguém sabia quem era e quem não era considerado atingido. Acreditávamos que somente as pessoas que tiveram a moradia completamente destruída eram atingidas. Eu mesmo, logo após o desastre, rejeitei ajuda por não saber se era uma delas”.

Presidente da Associação dos Produtores de Leite de Águas Claras e Região e membro da comissão de atingidos de Paracatu, Marino dedica-se, há quase 30 anos, às atividades rurais. Criava cabra, porco e galinha – animais que foram levados pela lama. A renda mensal vinha principalmente da produção de leite. Ele não teve a moradia destruída, mas, sim, o terreno que abrigava sua criação. Ao começar a participar das reuniões organizadas pelo MPMG, passou a conhecer mais sobre direitos e a compreender melhor a situação vivenciada.

“Um dia, cheguei para o Luiz (Luiz Tarcísio, sociólogo do MPMG) e perguntei: ‘– Luiz, como a Samarco tem medido quem é atingido?’ Aí ele me respondeu: ‘Você é quem vai medir isso, Marino. Pelo tanto que a lama sujou a sua vida’. Aí eu pensei: ‘Nossa, então eu sou atingido demais’”.

Outros casos

Com o entendimento ampliado acerca das consequências dos desastres para os moradores da região, o produtor rural narra prejuízos de outros atingidos. Recordo o caso de uma moradora de Pedras que possui um bar famoso na comunidade e que tinha uma clientela fiel. Os frequentadores, segundo ele, buscavam sempre o local para “tomar cerveja e comer a porção de quibes de lá, que era muito boa e barata”. No entanto, após o desastre, a comerciante perdeu seus fregueses e, por isso, segundo Marino, foi reconhecida como atingida em outubro, passando a receber o cartão de auxílio financeiro concedido pela Samarco.

A dificuldade da sogra para se deslocar após o incidente também é lembrada pelo representante dos atingidos de Paracatu. De acordo com ele, três linhas de ônibus passavam em frente à casa onde a idosa morava. Agora, vivendo em um imóvel alugado pela mineradora, ela precisa andar três quilômetros para pegar o ônibus. “A vida ficou mais difícil pra muita gente. Pra você ter uma ideia, aqui plantávamos tomate e comíamos à vontade. Agora, uma bandejinha no mercado custa R\$ 7”.

Apoio

Apesar da insegurança e da incerteza quanto ao futuro das comunidades, Marino se sente feliz pelos direitos reconhecidos e agradece aos representantes do MPMG pelo apoio. “Somos muito gratos à instituição. No dia da lama, muita gente esteve aqui, a imprensa toda. Depois, ninguém mais veio, só o Ministério Público”.

Segundo ele, ao lutar pela reconquista de seus direitos, a comunidade de Paracatu deseja ter apenas duas coisas de volta: paz e tranquilidade.





Alternativa para a espera

Acostumado à vida no campo, ex-morador de Bento Rodrigues busca maneiras de enfrentar tédio da rotina em apartamento

Quem anda pela rua Cônego Marcial Muzzi, em Mariana, encontra, há alguns meses, uma cena bastante inusitada. Ao invés de flores no canteiro central da via, chama a atenção dos transeuntes a presença de diversos pés de alface, chuchu, quiabo, couve, vagem, jiló e outras hortaliças no local. As plantações ocupam também os jardins do prédio onde, desde o final do ano passado, Ailton Barbosa dos Santos, 64 anos, vive com a esposa e cinco filhos.





Ailton é o responsável pelo cultivo dos legumes e das verduras. Ex-morador de Bento Rodrigues, ele e a família passaram a vida dedicados às atividades rurais. Contudo, após perderem a propriedade abruptamente para a lama, tentam se adaptar à vida na cidade, vivendo em um apartamento de três quartos alugado pela Samarco.

“Fiquei muito entediado quando cheguei aqui. Gosto muito de mexer com minhas plantinhas. Como eu não tinha ferramenta, comecei a capinar a terra aí na frente com colher de pedreiro mesmo”, conta o produtor rural.

As primeiras mudas foram doadas a Ailton por vizinhos, relata o idoso. Outras pessoas da cidade desconhecidas por ele passaram a contribuir também com esterco. “Isso é minha vida”, afirma, com o olhar de orgulho e saudade, entre as plantações.





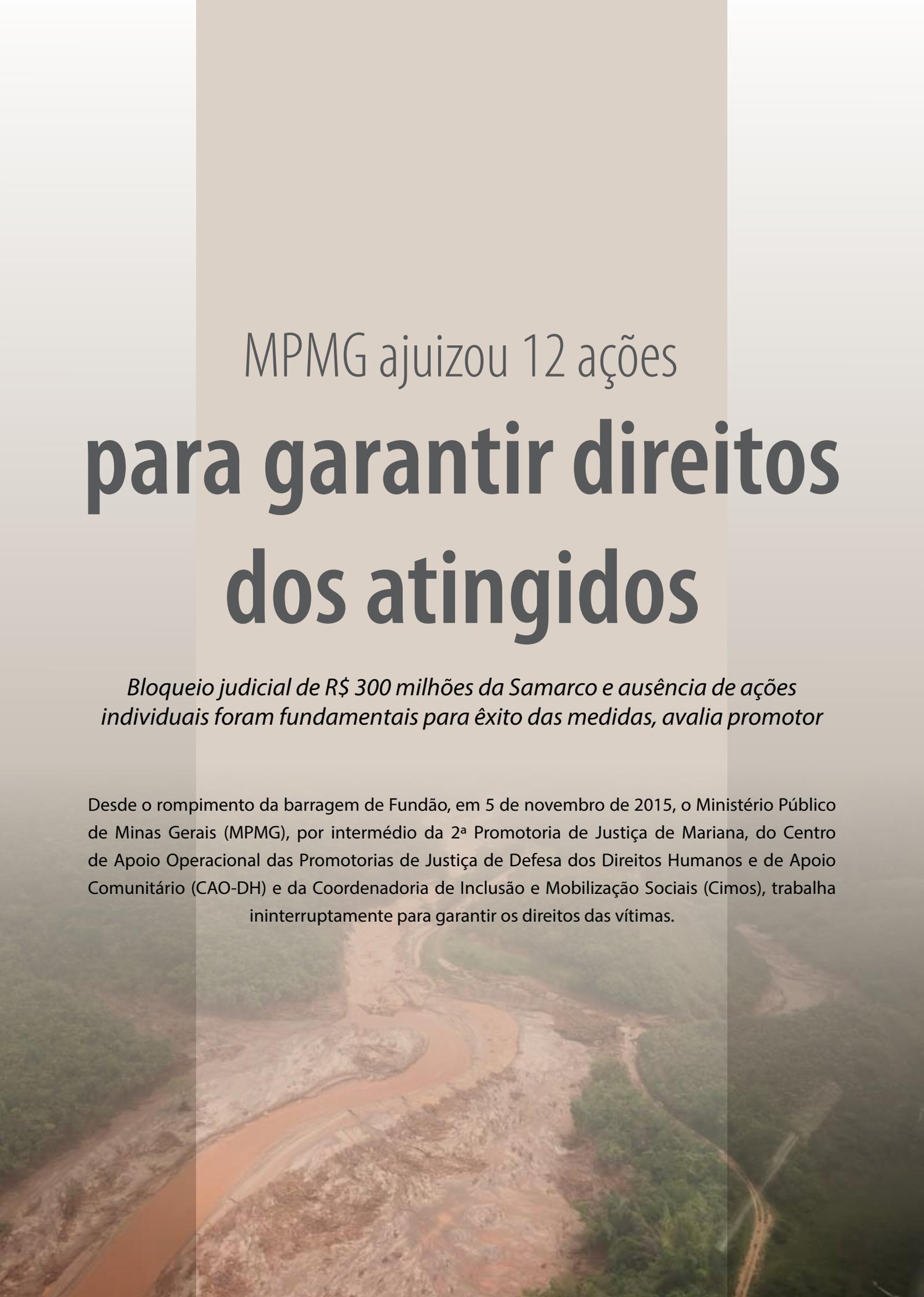
Adaptação

A esposa de Ailton, Maria Aparecida dos Santos, desabafa que os últimos 12 meses custaram a passar. Segundo ela, é aflitiva a espera pela reconstrução do subdistrito. A previsão é que as obras terminem em 2019. “Me sinto oprimida aqui, não tenho espaço. Sinto muita saudade do meu lugar. Quando alguém comenta que o Bento não vai ficar pronto tão cedo, me dá um aperto e uma vontade de chorar.”

Quem ajuda os pais a vencer o desânimo é o filho Antônio Geraldo dos Santos, para quem o processo não pode ser atropelado, sob o risco de o resultado não agradar a comunidade. “É preciso ter paciência, discutir muito bem o projeto antes, para que seja bem-feito e promova a reativação econômica dos atingidos”, expõe.

Antônio Geraldo ainda destaca a parceria do MPMG com a comunidade no processo. “Ainda bem que temos o MP muito atuante do nosso lado. Se não fosse isso, nem sei como estaríamos.”





MPMG ajuizou 12 ações para garantir direitos dos atingidos

Bloqueio judicial de R\$ 300 milhões da Samarco e ausência de ações individuais foram fundamentais para êxito das medidas, avalia promotor

Desde o rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário (CAO-DH) e da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos), trabalha ininterruptamente para garantir os direitos das vítimas.

Cerca de 1.500 pessoas de perfis sociais e econômicos diferentes foram diretamente atingidas pelo desastre nos distritos e subdistritos de Mariana. A lama deixou 19 mortos, além de prejuízos incalculáveis. Quase todos os dias, representantes dessas comunidades comparecem à 2ª Promotoria de Justiça da cidade, a fim de buscar esclarecimentos sobre seus direitos e levar novas demandas à instituição.

A atuação do MPMG no caso teve início no mesmo dia da tragédia, quando o promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin esteve no ginásio Arena - onde as vítimas se concentravam -, e iniciou várias atividades com o objetivo de reparar os direitos violados dos atingidos.

A primeira Recomendação do MPMG para a Samarco foi expedida três dias após o desastre. No documento, foi exigido que a empresa fornecesse auxílio financeiro mensal às famílias que perderam sua renda, garantisse moradia adequada - retirando os atingidos dos hotéis e colocando-os em casas alugadas - e cadastrasse as vítimas.

Na sequência, a fim de assegurar recursos para o ressarcimento dos atingidos e reconstrução das comunidades, a 2ª Promotoria de Justiça de Mariana ajuizou Ação Cautelar de Indisponibilidade de Bens, que resultou no bloqueio de R\$ 300 milhões das contas da Samarco. “Graças a esse bloqueio está sendo possível ressarcir as vítimas dos danos sofridos”, afirma Meneghin.

Coletivização das demandas

Guilherme Meneghin destaca que a ausência de ações individuais, com exceção daquelas propostas por parentes dos falecidos no desastre, foi fundamental para o êxito das medidas. “A união dos atingidos, a confiança no trabalho conjunto com o Ministério Público e a concomitante recusa em contratarem advogados para ações individuais foram fatores importantes para o êxito das demandas coletivas. Outro aspecto importante é que, nas Ações Cíveis Públicas, os atingidos não precisam pagar taxas judiciárias, custas processuais e honorários advocatícios, o que facilita ainda mais o acesso à Justiça”, observa.

A promotora de Justiça Nívia Mônica Silva, coordenadora do CAO-DH, observa que o grande desafio da atuação do MPMG em relação à defesa dos atingidos, como nas ações coletivas em geral, é fazer com que essa representação se mantenha adequada em termos substanciais.

Como o MP está a defender direitos de um determinado grupo de pessoas, na opinião de Nívia Mônica, isso significa que a Instituição deve se manter próxima dessa coletividade para fazer com que sua atuação atenda às necessidades de todas - e de cada uma - das vítimas. “Nessa linha de raciocínio, as ações coletivas devem garantir a participação direta e qualificada dos atingidos em todo o processo, pois a demanda coletiva significa a soma de inúmeras demandas individuais pela realização de direitos. Em outras palavras: um luta pelo direito de todos, e todos - dotados de voz pela participação - lutam pelo direito de cada um. Não perder essa dimensão coletiva do dano é fundamental”, conclui a coordenadora.

Também para o coordenador da Cimos, Paulo César Vicente de Lima, a coletivização das demandas foi o grande diferencial da atuação do MPMG em Mariana. “Isso tem representado uma efetiva contribuição para o acesso à Justiça, positiva para todos os envolvidos. Para os atingidos, que, reunidos em comissão, participam ativamente no processo e se empoderam, conscientizando-se de seus direitos; para o Ministério Público, que constrói essa legitimação social; para a empresa, que resolve os problemas não apenas formalmente, mas na prática; e também para o Judiciário, que tem as demandas solucionadas de uma forma coletiva, sem a fragmentação das causas.”

Segundo ele, a homogeneização dos critérios pelo Judiciário tem favorecido a efetivação dos acordos com a empresa, possibilitando que o direito realmente chegue à vida da pessoa.

Lucas Godoy/A Sirene



Foto aérea de Bento Rodrigues auxiliou na identificação e projeto de reconstrução do povoado

Primeiros direitos reconhecidos

A Ação Civil Pública (ACP) principal foi proposta pelo MPMG em 10 de dezembro com o objetivo de garantir os direitos da comunidade quanto às medidas emergenciais e à reparação integral dos prejuízos. Por meio dessa ação, a mineradora comprometeu-se a pagar antecipação de indenização no valor de R\$ 100 mil para as 19 famílias das vítimas fatais, antecipação de R\$ 20 mil às famílias que perderam suas moradias - sendo R\$ 10 mil em caráter assistencial e R\$ 10 mil a título de antecipação parcial de indenização -, assistência financeira, mensal para pessoas que perderam renda (e não por família, como a empresa propôs), além de acomodar 274 famílias em casas alugadas e mobiliadas pela Samarco antes do Natal e revisar o cadastro de atingidos, com a inclusão dos atingidos não contemplados.

Todas as medidas do acordo foram cumpridas, com exceção da última. Ao tomar conhecimento de que a empresa não estava reconhecendo os direitos de 105 atingidos, o MPMG entrou com Ação de Cumprimento de Sentença. Após três longas audiências judiciais, 81 atingidos tiveram direitos reconhecidos, com ressarcimento, pela empresa, de valores gastos por eles após o desastre.

Desde janeiro, o oficial do Ministério Público Ildomar Braz de Souza, que integra a equipe do CAO-DH, realiza atendimento aos atingidos para colher, entre outras demandas, as relacionadas a hipóteses em que os atingidos ainda não receberam o que lhes era devido nos termos do acordo.

Divulgação/MPMG



Moradores se mobilizaram em busca de seus direitos

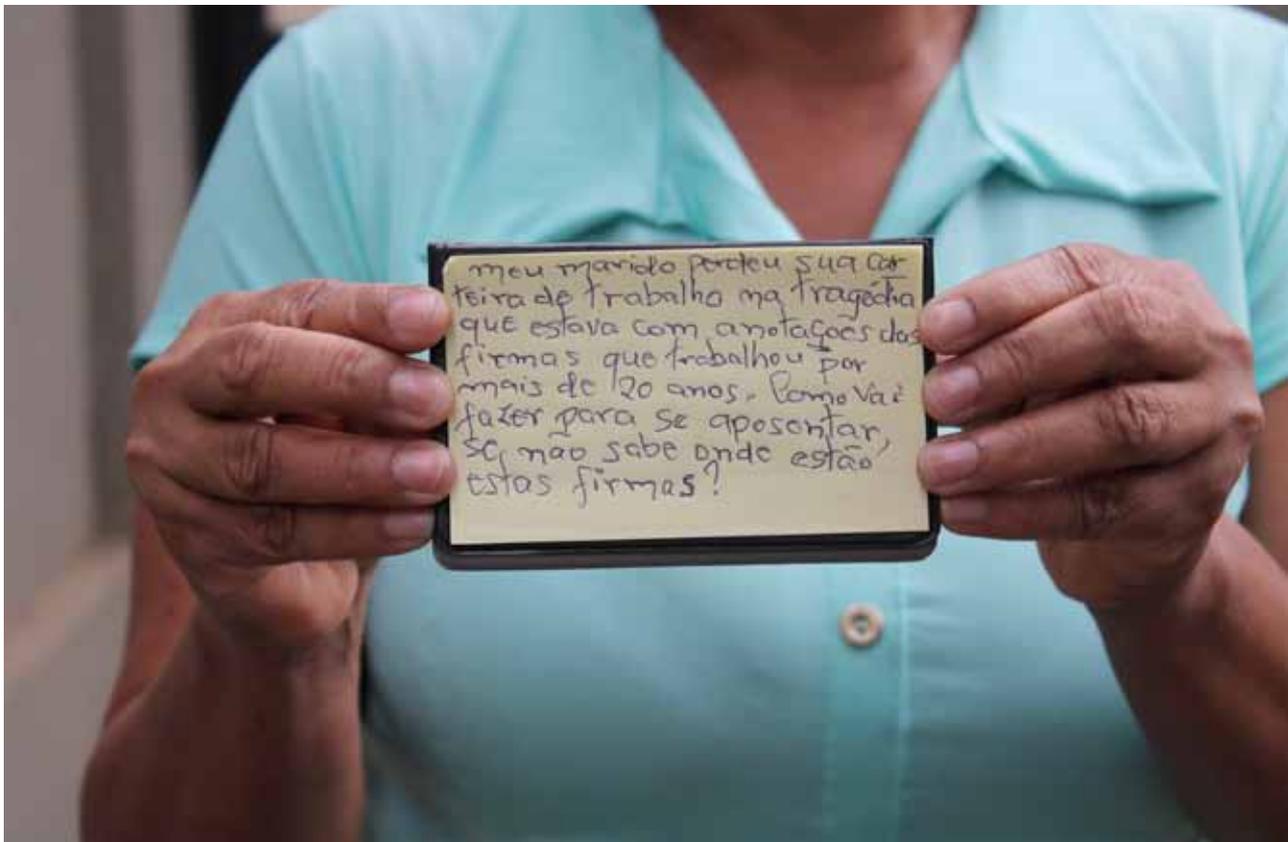
Outras ações

Apesar da destruição total de Bento Rodrigues pela lama, os moradores não perderam o vínculo com o local. Após a Samarco comunicar que retiraria os seguranças do subdistrito, o MPMG ajuizou ACP para garantir o acesso dos atingidos e a segurança nas ruínas de Bento Rodrigues. Em acordo homologado pela Justiça, ficou decidido que a segurança da área do desastre será mantida e custeada pela Samarco, até uma decisão final sobre a destinação do espaço.

Outra ação importante para os atingidos foi a que garantiu o ressarcimento, pela mineradora, da diferença nas contas de energia elétrica pagas por eles. Ela foi ajuizada em agosto após inquérito civil comprovar que as vítimas estão enfrentando dificuldades financeiras, já que antes do rompimento pagavam contas de energia mais baixas em razão da tarifa rural e da utilização do sistema de serpentina.

Destaca-se, ainda, entre as ações, a que protege direitos de 20 professores e funcionários que trabalhavam na Escola Municipal Bento Rodrigues. Após o desastre, eles foram transferidos para outras unidades escolares e, com isso, passaram a arcar com os custos de transporte para se deslocarem até o trabalho. Diante da recusa da empresa em fornecer veículo de transporte solicitado pelos servidores, o MPMG ajuizou ACP contra a mineradora, que reconheceu o direito, em audiência de conciliação, e comprometeu-se a ressarcir os prejuízos do grupo após o rompimento da barragem.

Lucas Godoy/A Sirene



Indagação de moradora demonstra as dificuldades para a reconstrução da vida que se perdeu sob a lama